

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA SETORIAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE DA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA**

Data/Horário:	23/03/2026, às 10h
Local:	Secretaria Municipal da Saúde de Fortaleza – SMS
Participantes:	Bancada do Governo: Riane Maria Barbosa de Azevedo (SMS - Titular), Aline Gouveia Martins (SMS – Suplente), Maria Ivanília Tavares Timbó (ESPFOR/SMS – Titular), Minuchy Mendes Carneiro (COGERS/SMS – Suplente), Erlemus Ponte Soares (CORAPP/SMS – Titular), Reginaldo Alves das Chagas (CORAPP/SMS – Suplente), Adriano Cândido de Castro (COGEP/SMS – Titular), Rodolfo Sidney Sousa Melo (COGEP/SMS – Suplente), Luiz Valdo Pinheiro (COREPH/SMS – Titular), Magno Souza Sampaio (COREPH/SMS – Suplente), Rita de Cássia Rodrigues Pereira (SMS – Titular), Cícero Vidal Sampaio (COFIN/SMS – Suplente). Bancada dos Servidores: Anderson da Silva Ribeiro (SINDIFORT – Titular), Ana Carolina Martins da Conceição (SINDIFORT – Suplente), Naylma Francisca Azevedo Maia (SASEC – Titular) Danielle Antônia da Silva Vidal de Aguiar (SASEC – Suplente), Glayson Melo dos Santos (SINDSAUDE – Titular), José Quintino Neto (SINDSAUDE – Suplente), Antônio Cleyton Martins Magalhães (SINDIODONTO – Titular), Valquíria Vieira Camurça (SINDIODONTO – Suplente), Vilauca Borges de Menezes (SINTSAF – Titular), Francisco Otávio da Silva (SINTSAF – Suplente), Maria Rejane Magalhães Fonteles (SENECE – Titular), Plauto José Moura Rocha (SENECE – Suplente). Convidados: Regina Cláudia Neri de Paula (Comissão de Recursos Humanos pelo Conselho Municipal de Saúde); Luciana Matos Alves (Coordenadora Jurídica – COJUR/SMS). Elizabeth Oliveira da Costa Lino (COREPH/SMS) Josete Malheiro Tavares (COVIS/SMS)

PAUTAS	
1.	PCCS.
2.	Pagamento de OS e Cooperativas.
3.	Descanso Semanal Remunerado.
4.	Apresentação percentual de profissionais por tipo de vínculo.
5.	Apresentação de entregas e resultados da saúde ano 2025/2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDERUA BARÃO DO RIO BRANCO, 910 • CENTRO • 60025-060 • FORTALEZA - CEARÁ, BRASIL.
85 3452 1786



ATA DE REUNIÃO

No dia vinte e três de março de dois mil e vinte e seis, às 10h, antes da leitura da ata de reunião a **Dra. Riane Azevedo** informou a saída do membro Adriano Cândido, Coordenador da COGEP/SMS, pois ele irá trabalhar em outro local e apresentou como substituto a Luyane; após o informe, iniciou-se a leitura da ata da última reunião, que ocorreu em nove de dezembro e dois mil e vinte e cinco, pela **Ivanília Tavares**, a pedido da Dra. Riane Azevedo, feitos os esclarecimentos foi aprovada por unanimidade; **Rejane Magalhães** informa que em relação ao PCCS o que ficou acordado é que teria que enviar proposta de minuta, mas que não conseguimos enviar, que na proposta de minuta que temos está faltando ajustar as grades e algumas outras correções que estamos alinhando para concluir; **Luciana Matos** relembrou que a Dra. Riane Azevedo tinha falado que iria ser publicada uma portaria institucionalizando o GT para tratar sobre esse assunto, que ficou alinhando que a bancada sindical daria os nomes para serem colocados na portaria, que a minuta de portaria se encontra pronta, porém não temos os nomes dos representantes da bancada sindical; **Cleyton Magalhães** informou que as entidades sindicais se reuniram, que a minuta foi rediscutida, que a minuta está sendo finalizada, mas que isso não impede a formalização do GT por meio de portaria, que acha que é importante que nesse GT possamos contar com a participação de algum técnico da SEPOG, porque precisamos rediscutir o PCCS à luz do impacto financeiro que será gerado, que seria interessante que a gestão sinalizasse qual o impacto financeiro que a gestão tem disponibilidade para gastar com o PCCS, do contrário seria criada uma expectativa que não irá se materializar em virtude das limitações orçamentárias e financeiras, que tem a compreensão que o PCCS não sai esse ano, que pensa que os problemas relativos a jornada de trabalho, força de trabalho e outros podem ser resolvidos com esse PCCS, que tudo isso resultará em um ambiente de trabalho mais saudável e com a valorização profissional, que não adiante pensar em um mundo ideal para o PCCS, mas que não comporta com o orçamento do município, sugeriu que cada entidade sindical indicasse um representante com seu respectivo suplente, que seja devidamente formalizada para que se tenha institucionalidade; **Dra. Riane Azevedo** informou que na última reunião entrou em contato com a SEPOG, que a SEPOG informou que não tinha como enviar um técnico, que nós fizéssemos um GT e enviássemos uma minuta para apreciação, que isso foi exatamente o que aconteceu no IJF, que sugeriu que os nomes fossem enviados por meio de ofício ou que ficasse registrado aqui em ata; **Regina Cláudia** informou que na Mesa de Negociação Permanente do SUS também existe um GT, que inclusive tem reunião para amanhã (24/03), porém precisamos saber quem são os técnicos para podermos articular, que as entidades começaram a se reunir fora, que o nosso PCCS é mais complexo porque são muitas categorias, que acha que o GT tem que caminhar na propostas que já está parcialmente feita, que só após a apresentação da nossa proposta a gestão poderá ver o impacto financeiro e apresentar uma contraproposta, que se for esperar o impacto financeiro não iremos caminhar; **Luciana Matos** informou que querer colocar uma pessoa da SEPOG, na portaria, seria inviável, que a SEPOG deverá apreciar o resultado do trabalho produzido pelo GT, que o nosso PCCS é muito complexo, pois são muitas categorias e existem anomalias, que é interessante que seja apresentado algum material, que o GT terá que se reunir para ajustar os trabalhos; **Dra. Riane Azevedo** sugeriu que fossem colocados, em ata, os nomes dos representantes da bancada sindical, os quais foram registrados a seguir: **SINDFORT**: Anderson da Silva Ribeiro (Titular) e Ana Carolina Martins da Conceição (Suplente); **SINDSAÚDE**: José Quintino Neto (Titular) e Adriana Moura da Silva (Suplente); **SINDODONTO**: Válquiria Vieira Camurça (Titular) e Pedro Alves (Suplente); **SINTSAF**: Ediene Santos Braga (Titular) e Francisco Otávio da Silva (Suplente); **SENECE**: Maria Rejane Magalhães Fonteles (Titular) e Ana Paula Cavalcante Ramalho Brilhante (Suplente); **SINASCE**: Luis Cláudio Celestino de Souza (Titular) e Vera D'arc Miranda (Suplente); **SINPAOCE**: Midian Castelo Branco Solon (Titular) e Lucianna Holanda Sousa Maia (Suplente); **SASEC**: Naylma Francisca Azevedo Maia (Titular) e Danielle Antônia da Silva Vidal de Aguiar (Suplente); **COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**: Regina Cláudia Neri de Paula (Titular) e José Maria Ximenes Guimarães (Suplente); **Cleyton Magalhães** perguntou quem são os representantes do governo; **Dra. Riane Azevedo** respondeu que irá ser

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 910 • CENTRO • 60025-060 • FORTALEZA - CEARÁ, BRASIL
85 3452 1786



analisado se algum sindicato não constou na lista e irá aguardar que se manifeste caso queira participar e que as bancadas são paritárias, que na portaria constará o nome de todos; **Dra. Riane Azevedo** perguntou se alguém tem alguma dúvida referente à pauta de pagamento de OS e Cooperativas; **Glaysen Melo** informou que os pagamentos estão ok, que há algumas pendências na justiça sobre convenção coletiva, mas no geral está ok, que sobre a busca de informações sobre os pagamentos foi melhorado o acesso à informação, que gostaria de relembrar a pauta do novo financiamento e dos plantões da FAGIFOR; **Dra. Riane Azevedo** informou que sobre o descanso remunerado, foi realizada consulta, que foi enviado documento para SEPOG, que a Luciana Matos tem algumas considerações para serem comunicadas, que o tema não era tão simples como estávamos pensando; **Luciana Matos** relata que essa discussão é bem antiga, que a Dra. Riane, em dezembro, formalizou um processo e encaminhou para SEPOG, que lá na SEPOG tramitou internamente, que a SEPOG entendeu que o processo deveria retornar para SMS para manifestação técnica e jurídica, que já conversou com a nova coordenadora de gestão de pessoas da SMS que a questão não é tão somente sobre a anuência da secretária sobre a redução de carga horária, que é preciso ter uma lei para que seja dado segurança jurídica, que já é entendimento do TST que o descanso semanal remunerado já está compreendido dentro da escala 12x36, mesmo diante da escala de 15 plantões mensais, que conversou com o Procurador Mário Sales sobre esse tema, que irá se reunir com ele para desenhar minuta de projeto de lei para pleitear os 13 plantões, que se compromete em apresentar minuta para que a Dra. Riane Azevedo apresente ao Prefeito; **Otávio da Silva** indagou que o auxiliar de enfermagem trabalha 10 plantões e o técnico de enfermagem trabalha 13 plantões, que o auxiliar de enfermagem é hierarquicamente inferior ao técnico de enfermagem; **Regina Cláudia** explicou que os contratos dos técnicos de enfermagem foram feitos levando em consideração 40h e dos auxiliares de enfermagem são de 180h, que a luta do pessoal da FAGIFOR é para trabalhar os 13 plantões, que com os 13 plantões iria obedecer o mesmo percentual de descanso remunerado dos demais profissionais da mesma categoria, resumindo ressalta que as cargas horárias de contrato de auxiliar de enfermagem e técnico de enfermagem são diferentes; **Otávio da Silva** informou que, no UF, mesmo implantando o PCCS ficaram divergências, que as divergências foram corrigidas em 2023 com a implantação do piso da enfermagem em relação a hierarquia entre auxiliar e técnico de enfermagem, que essa questão pode gerar conflito jurídico; **Anderson da Silva** informou que na semana passada se reuniu com as entidades sindicais, que inclusive já tentando trabalhar sobre a questão da carga horária e dos plantões em razão da chegada dos novos servidores da extinta FAGIFOR, que em conversa com o Adriano Cândido de como ficaria essa mudança de plantões de 15 para 13 plantões já incluindo o DSR, o mesmo alertou que teria que ser feita alteração na lei na câmara municipal, que é necessário caminhar com essa questão; **Dra. Riane Azevedo** acredita que a discussão dentro do GT sobre esse tema será muito produtiva, que é necessário ter um documento legal prevendo essa mudança para termos respaldo; **Adriana Moura** perguntou a Luciana Matos se tem previsão da apresentação da minuta dos 13 plantões; **Luciana Matos** informou que terá uma reunião na próxima semana com a Procuradoria do Município já para instrumentalizar essa minuta de lei, mas não tem como se comprometer com prazo nesse momento, pois irá esperar a autorização da Secretária; **Adriana Moura** perguntou em relação ao PCCS sobre as gratificações que beneficiam os profissionais de nível superior dentro da estratégia de saúde da família e não alcança os profissionais de nível médio, que é preciso observar a Lei 9.070, de 2005, que foi a lei que instituiu a GIRE e a GIA, que nessa lei ela segmenta, que faz divisão, que deixa de fora os profissionais de estratégia de saúde da família, técnicos de enfermagem, TSB e ASB, que um dos caminhos seria uma emenda a essa lei incluindo esses profissionais; **Dra. Aline Gouveia** informa que dentro da saúde existem vários PCCS, que a questão do nível médio da atenção primária se deu também em questão da diferença de certame que teve em relação ao concurso de nível superior, que talvez seja possível uma emenda para quem esteja em efetivo exercício no âmbito, mas temos que consultar o jurídico; **Rejane Magalhães** complementa que estão esquecendo os profissionais que são da atenção primária e fizeram adesão para estratégia de saúde da família onde não tiveram o direito de ter as mesmas gratificações, que recebem uma complementação que não leva para aposentadoria, que isso é uma perda muito grande; **Dra. Aline Gouveia**

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 910 - CENTRO - 60025-060 - FORTALEZA - CEARÁ, BRASIL
85 3452 1786



destaca que são situações distintas, que esses profissionais eram 20h e passaram a ter uma complementação, o que a Adriana Moura está trazendo são os profissionais que chegaram para atenção primária compondo equipe e não recebem as gratificações, que são situações juridicamente distintas; **Regina Cláudia** indaga que o grande problema é que dentro do PCCS é como se tivesse um PCCS do PSF, que na época só quem compunha o PSF era dentista, enfermeiro e médico, apenas três categorias, que é necessário ampliar; **Dra. Riane Azevedo** indagou que as vezes o problema não é o impacto financeiro, mas uma questão legal; **Regina Cláudia** explicou que na rede secundária não temos assistente social de 6h, que quando os profissionais da FAGIFOR chegaram não fizeram essa adequação, que não é possível ter assistente social com carga horária de 6h dentro dos hospitais; **Dra. Riane Azevedo** informou que essa questão deve ser discutida dentro do PCCS; **Luciana Matos** informou que a questão das assistentes sociais é delicada, porque é necessário ter uma decisão se esses profissionais ficarão com 180h, nos hospitais, ou se ficarão como plantonistas, há uma confusão em relação à carga horário desse concurso, que historicamente trabalhavam 24h e recebiam gratificação de plantão, que em determinado momento a SEPOG verificou que havia um vácuo no PCCS e fizeram o enquadramento para 180h, de modo que inviabilizaria trabalharem em regime de plantão, com isso perderam a gratificação de plantão, que não foi dada opção de permanecer ou não nessa carga horária, que quando vieram os profissionais da FAGIFOR tiveram que trabalhar 6h, que para avançar sobre esse tema é necessário ter uma decisão de gestão, que essa questão ainda está sendo amadurecida; **Dra. Aline Gouveia** lembrou que esses pontos levantados são três situações distintas, que a decisão não é exclusiva da Dra. Riane Azevedo, que se trata de assuntos complexos; **Luciana Matos** reforçou que essas questões tem impacto financeiro, que a gratificação de plantão resultará em impacto financeiro; **Dra. Riane Azevedo** abordou a pauta cooperativas e servidores, que há uma proporcionalidade entre cooperativas e servidores, que temos um olhar atento a essa questão, que é sempre analisada a quantidade de cooperativas e de servidores, que nas horas que chegam novos servidores diminuímos as cooperativas, que todas as decisões sempre são focadas no paciente e na assistência, que lutamos para que tenhamos mais servidores, nesse momento, a Dra. Aline Gouveia apresentou um estudo realizado em fevereiro/2026 demonstrando o percentual de profissionais por tipo de vínculo, que essa apresentação foi feita a pedido da Dra. Riane Azevedo para que se possa dar transparência; **Dra. Aline Gouveia** enfatizou que, posteriormente, será realizado estudo de carência de profissionais, destacando a carência de efetivo exercício e a carência de modo geral; **Rejane Magalhães** informou que se preocupa quando se fala em atenção primária pela complexidade, que na nossa realidade está faltando muitos enfermeiros, que é importante criar vínculo nas comunidades, que não é apenas colocar um profissional, por exemplo cooperativas que tem grande rotatividade, que é necessário ter um olhar sensível sobre essa questão, que há uma sobrecarga para os profissionais enfermeiros em decorrência da carência de profissionais; **Dra. Riane Azevedo** respondeu que essa também é uma preocupação nossa, que nos preocupamos bastante com a assistência dos pacientes, que 80% dos habitantes de Fortaleza são atendidos pelo SUS, por isso temos a preocupação dentro da assistência e também com os servidores, que tudo isso impacta financeiramente na atenção primária, que temos um déficit que quem arca é o tesouro municipal, que tudo isso é uma preocupação da gestão; em seguida, a Dra. Riane Azevedo apresentou um resumo das entregas e resultados da Secretaria Municipal da Saúde de Fortaleza, ano 2025/2026; **Elizabeth Lino** e **Josete Malheiro** fizeram suas considerações em relação ao que lhes competia referente a apresentação; **Josete Malheiro** pediu para que constasse em ata que hoje estamos comemorando os 21 anos do grupo da UBV de Fortaleza; **Anderson da Silva** parabenizou a secretaria por estar apresentando todos esses dados, que não podemos nos esquecer da valorização dos servidores destacando os servidores da categoria de Agente de Combate às Endemias, bem como os profissionais técnicos de enfermagem, ASB e TSB; **Dra. Riane Azevedo** destacou que ainda temos coisas a serem melhoradas; **Cleyton Magalhães** indaga que estamos na primeira capital do nordeste, que os números são expressivos, que temos que comparar os números mostrados em relação à carência para termos a dimensão do que está sendo feito e do que deve ser feito, que ficou de ser decidido, nessa reunião, a divisão dos recursos da portaria 3493, que o governo está recebendo esses recursos dessa

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 910 • CENTRO • 60025-060 • FORTALEZA - CEARÁ, BRASIL
85 3452 1788



portaria, que estamos aguardando posição do governo sobre a divisão dos recursos entre o próprio governo e os trabalhadores e em seguida a divisão entre os próprios trabalhadores de nível superior e médio; **Glayson Melo** complementou que já havia uma proposta pactuada, que a divisão entre gestão e servidores seria 50% e pagamento mensal, mas que ficou pendente a divisão entre nível superior e médio, destaca que não houve consenso na Mesa de Negociação por isso subiu para essa Mesa, que o SINDSAÚDE defende a divisão igualitária, que estamos aguardando a decisão da gestão; **Carolina Martins** indagou se seria possível os postos de saúde, que são gerenciados por OS, onde tem servidores que se viu que não há impedimento para que esses postos sejam contemplados com o projeto piloto, que solicita que seja ampliado para mais postos de saúde, que gostaria de saber sobre o chamamento dos profissionais da FAGIFOR... nesse momento, a Regina Claudia requereu **questão de ordem** explicando que as pautas devem ser respeitadas, que a colega espere o momento adequado para apresentar novas pautas; **Aldivan Dias** pediu a palavra e informou que a divisão que ficou colocada em relação a portaria 3493, a parcela única que fosse dividida entre os componentes entre cada equipe, que existia diferença entre nível médio e superior, que pela divisão tem profissionais de nível superior ganhando menos que os do nível técnico; **Adriana Moura** lembrou que o trabalho na atenção primária é coletivo, territorial e multiprofissional, que quando é discutido a distribuição de um recurso é preciso ser perguntado se o resultado que gera esse recurso é individual ou coletivo?, que todos nós sabemos que é coletivo, que as metas são alcançadas pelo trabalho integrado entre a equipe, que nesse sentido não há base legal para que se diga que uma categoria tem maior responsabilidade em relação a outras, que a responsabilidade na atenção primária é da equipe e compartilhada, que o nível médio tem a maior força de trabalho da atenção primária, como se justifica que a maior força de trabalho seja a menos contemplada na divisão de um recurso que ela mesma ajuda a produzir, que é uma questão de justiça dentro das equipes, que defende o pagamento igualitário entre os componentes da equipe; **Dra. Aline Gouveia** rememorou que essa pauta vem desde o início do ano passado, que subiu para essa mesa por conta da divisão entre as categorias, que o nível médio defende que seja conforme era o Previne Brasil, que era 50% para cada categoria, que o nível superior defende uma divisão diferente, que destaca que o Previne Brasil chegava até 50%, que subiu para essa Mesa em razão de divergência entre as bancadas sindicais, que a proposta inicial seria semelhante aos termos do Previne Brasil, que como não houve consenso na Mesa Municipal de Negociação a pauta deve ser revisitada na presente mesa, que tem a questão da parcela única, que é diferente o cálculo da portaria 3493 em relação as outras parcelas, que é importante fazer as contas; **Dra. Riane Azevedo** informou que a questão será analisada juntamente com o Erlemus e será apresentada na próxima reunião da Mesa; **Cleyton Magalhães** enfatizou que a gestão tem que tomar uma decisão sobre a divisão; **Regina Cláudia** esclareceu para a Dra. Riane Azevedo que já foi decidido sobre a divisão entre governo e servidores, que o que está pendente é a divisão entre as categorias, que não houve consenso entre as entidades sindicais sobre a divisão, que ficou para o governo decidir, a questão em discussão é somente essa, que entende que tem que ser rateado 50% para nível médio e superior; **Dra. Riane Azevedo** entende que deve ser dividido de forma igualitária, igualmente aconteceu no IJF com a categoria médica e demais profissionais; **Aldivan Dias** perguntou quando será posto esse recurso para pagamento mensal e se o pagamento será pelo bloco ou geral; **Dra. Riane Azevedo** respondeu que essa questão ainda será analisada, que esses pontos não foram colocados como pautas pelas entidades sindicais, que não é possível decidir questões complexas sem análise prévia. Nada mais foi dito. Reunião encerrada. A presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros presentes. Ata redigida por Caio Martins Bezerra, Assessor Técnico do Gabinete da SMS.



Bancada do Governo:

Riane Maria Barbosa de Azevedo (SMS – Titular):

Aline Gouveia Martins (SMS – Suplente):

Maria Ivanília Tavares Timbó (ESPFOR/SMS – Titular):

Minuchy Mendes Carneiro (COGERS/SMS – Suplente):

Erlemus Ponte Soares (CORAPP/SMS – Titular):

Reginaldo Alves das Chagas (CORAPP/SMS – Suplente):

Adriano Cândido de Castro (COGEP/SMS – Titular):

Rodolfo Sidney Sousa Melo (COGEP/SMS – Suplente):

Luiz Valdo Pinheiro (COREPH/SMS – Titular):

Magno Souza Sampaio (COREPH/SMS – Suplente):

Rita de Cássia Rodrigues Pereira (SMS – Titular):

Cícero Vidal Sampaio (COFIN/SMS – Suplente):

LUYANE BARBOSA PINHEIRO (COGEP):

Bancada dos Servidores:

Anderson da Silva Ribeiro (SINDIFORT – Titular):

Ana Carolina Martins da Conceição (SINDIFORT – Suplente):

Naylma Francisca Azevedo Maia (SASEC – Titular):

Danielle Antônia da Silva Vidal de Aguiar (SASEC – Suplente):

Glaysen Melo dos Santos (SINDSAUDE – Titular):

José Quintino Neto (SINDSAUDE – Suplente):

Antônio Cleyton Martins Magalhães (SINDIODONTO – Titular):

Valquíria Vieira Camurça (SINDIODONTO – Suplente):

Vilauçia Borges de Menezes (SINTSAF – Titular):

Francisco Otávio da Silva (SINTSAF – Suplente):

Maria Rejane Magalhães Fonteles (SENECE – Titular):

Plauto José Moura Rocha (SENECE – Suplente):

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 910 • CENTRO • 60025-080 • FORTALEZA - CEARÁ, BRASIL.
85 3452 1786